

# **Análise das Práticas de Evidenciação de Informações Avançadas e Não-obrigatórias nas Demonstrações Contábeis das Empresas Brasileiras: Um Estudo Comparativo dos Exercícios de 2002 e 2005**

## **Autores:**

**VERA MARIA RODRIGUES PONTE**

(UNIVERSIDADE DE FORTALEZA)

**MARCELLE COLARES OLIVEIRA**

(UNIVERSIDADE DE FORTALEZA)

**HÉBER JOSÉ DE MOURA**

(UNIVERSIDADE DE FORTALEZA)

## **Resumo**

Em todo o mundo nos dias atuais se discute sobre a transparência e a qualidade na divulgação das informações contábeis. Com o objetivo de contribuir para o debate sobre *disclosure*, a presente pesquisa procura responder aos seguintes questionamentos: Quais as mudanças percebidas na prática de evidenciação de informações de natureza avançada e não-obrigatória pelas sociedades anônimas brasileiras? Quais os efeitos da adoção das práticas de governança corporativa na divulgação de informações contábeis de natureza avançada e não-obrigatória pelas sociedades anônimas brasileiras? O presente estudo constitui uma pesquisa exploratório-descritiva, compreendendo uma investigação bibliográfica, para levantamento das orientações legais e regulamentares específicas sobre divulgação de informações contábeis avançadas e não-obrigatórias aplicadas às sociedades anônimas brasileiras, ou seja, revisão da literatura disponível sobre o assunto, bem como uma pesquisa documental, para levantamento e análise das informações contidas nas demonstrações contábeis publicadas. O artigo está dividido em partes desde a introdução, o delineamento do referencial teórico sobre o tema, os resultados e as considerações relevantes desta pesquisa. Verifica-se um avanço na prática das empresas, que dispensam atenção especial à divulgação de seus projetos sociais, das Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC) e do Valor Adicionado (DVA), do EBITDA e do Balanço Social.

**Palavras-chave:** Evidenciação; Demonstrações contábeis; Empresas brasileiras.

## **Introdução**

Segundo Iudícibus (1997, p. 20), o objetivo da Contabilidade praticamente permaneceu inalterado ao longo dos anos; as mudanças substanciais verificaram-se nos tipos de usuário e nas modalidades de informação que têm sido demandadas. O cumprimento da missão da Contabilidade tornou-se mais difícil de ser alcançado, já que cada usuário deseja um conjunto específico de informações capaz de suprir seu modelo decisório.

Segundo Oliveira, Gomes e Costa (2004), a partir da segunda metade do século XX, muitos usuários da Contabilidade passaram a exigir das empresas a evidenciação de informações nas demonstrações contábeis diferentes das tradicionais, razão pela qual o tema *disclosure* ganhou destaque na pauta de debates da ciência contábil.

Niyama e Gomes (1996, p. 65) afirmam que:

*Disclosure* [...] diz respeito à qualidade das informações de caráter financeiro e econômico, sobre as operações, recursos e obrigações de uma entidade, que sejam úteis aos usuários das demonstrações contábeis, entendidas como sendo aquelas que de alguma forma influenciem na tomada de decisões, envolvendo a entidade e o acompanhamento da evolução patrimonial, possibilitando o conhecimento das ações passadas e a realização de inferências em relação ao futuro.

Segundo Iudícibus (2000, p. 121), a evidenciação:

[...] é um compromisso inalienável da Contabilidade com seus usuários e com os próprios objetivos. As formas de evidenciação podem variar, mas a essência é sempre a mesma: apresentar informação quantitativa e qualitativa de maneira ordenada, deixando o menos possível para ficar de fora dos demonstrativos formais, a fim de propiciar uma base adequada de informação para o usuário.

Para Dantas, Zendersky e Niyama (2004), dado o objetivo maior da Contabilidade, uma atenção especial deve ser dispensada ao papel desempenhado pela evidenciação ou *disclosure*. Para ser consideradas úteis, as demonstrações contábeis devem conter as informações necessárias para uma adequada interpretação da situação econômico-financeira da entidade.

Estudos científicos têm revelado a preocupação com o *disclosure* de informações contábeis convergentes e amplas, envolvendo aspectos econômicos, financeiros, sociais, ambientais, de produtividade e de gestão, entre outros. A análise da evidenciação dessas informações e o acompanhamento de sua evolução estão cada vez mais presentes nas discussões tanto acadêmicas, quanto empresariais e de órgãos, sejam públicos ou privados, ligados ao mercado de capitais e aos profissionais que interagem direta ou indiretamente com esse mercado.

A tônica dessas discussões está voltada para a definição de quais e de quantas informações contábeis evidenciar, como e por que evidenciá-las. No Brasil, ainda avança lentamente a adesão à divulgação de informações internacionalmente já instituídas e reconhecidas como relevantes para o eficaz processo decisório dos *stakeholders*.

No Brasil, despontam iniciativas pela maior evidenciação de informações econômico-financeiras e por alterações na forma de reconhecimento e mensuração de determinados eventos e transações, privilegiando-se a essência sobre a forma e o fiel cumprimento aos princípios contábeis – estes fazendo parte do próprio arcabouço teórico da Contabilidade.

Tais iniciativas envolvem orientações referentes à normatização contábil brasileira editadas pelos mais variados organismos, como o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e aquelas editadas por entidades reguladoras de segmentos específicos da economia que adotam normatização contábil própria, como o Banco Central do Brasil, a Secretaria de Previdência Complementar (SPC), a Superintendência de Seguros Privados (Susep), a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), bem como orientações emanadas de órgãos como a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase).

Com o objetivo de contribuir para o debate sobre *disclosure*, a presente pesquisa procura responder aos seguintes questionamentos: Quais as mudanças percebidas na prática

de evidenciação de informações de natureza avançada e não-obrigatória pelas sociedades anônimas brasileiras? Quais os efeitos da adoção das práticas de governança corporativa na divulgação de informações contábeis de natureza avançada e não-obrigatória pelas sociedades anônimas brasileiras?

Para orientar e balizar o presente estudo formularam-se as seguintes hipóteses:

a) dada a pressão da sociedade por maior transparência nos negócios, deve-se verificar uma melhoria nas práticas de *disclosure* das companhias brasileiras nos últimos anos;

b) no intuito de agregar valor, as companhias brasileiras evidenciam informações contábeis de natureza avançada e não-obrigatória propugnadas pelas práticas de governança corporativa sugeridas pelo IBGC, pela Bovespa e pela CVM.

Assim, a presente pesquisa tem por objetivo geral verificar se as demonstrações contábeis das sociedades anônimas brasileiras referentes ao exercício de 2005 apresentam maior nível de evidenciação de informações consideradas de natureza avançada e não-obrigatória quando confrontadas com as do ano 2002.

Para alcance dos objetivos da pesquisa, o trabalho foi segmentado em cinco tópicos. No primeiro, comentam-se as recentes pesquisas brasileiras sobre *disclosure*. Em seguida, trata-se das orientações contidas na Lei das Sociedades por Ações e em Pareceres de Orientação da CVM sobre a divulgação de informações não contempladas nas demonstrações contábeis tradicionais, consideradas de natureza avançada e não-obrigatória. No terceiro, são apresentados os métodos e técnicas relativos à amostragem utilizada e ao tratamento dos dados consubstanciados nas demonstrações contábeis. No quarto tópico, apresentam-se os resultados da pesquisa documental. No último tópico, são relatadas as conclusões do estudo.

## **1. Pesquisas Empíricas Brasileiras sobre Práticas de *Disclosure***

Devido ao processo de globalização e desenvolvimento do mercado de capitais, tornou-se fundamental para as empresas um bom relacionamento com seus *stakeholders*, via transparência das informações contábeis e da gestão empresarial.

Nossa e Carvalho (2003) realizaram estudo com o objetivo de investigar o nível de *disclosure* de informações ambientais apresentado pelas empresas do setor de papel e celulose. Os autores concluíram que o *disclosure* de informações ambientais apresentado pelas empresas diverge com relação aos respectivos portes, aos países de localização e aos tipos de relatório (financeiro ou específico), mostrando-se ainda incipiente e frágil no tocante ao nível de confiabilidade e comparabilidade das informações.

Cardoso et al (2003) realizaram estudo exploratório objetivando investigar o grau de transparência com que as informações sobre riscos financeiros e não-financeiros foram abordadas nos relatórios 20F das empresas de telecomunicações, nos anos 2000 e 2001. Os autores concluem que as empresas selecionadas na amostra cumprem rigorosamente o estabelecido na norma expedida pela Security Exchange Commission (SEC).

Alves e Oliveira (2003) pesquisaram sobre a evolução da evidenciação da DVA e a geração e distribuição de riqueza nas demonstrações contábeis de uma amostra de 88 empresas brasileiras. Concluíram que cresceu o número de empresas que publicam a DVA, e que não há um consenso acerca da sua localização em meio às demais informações contábeis, nem da utilização de um modelo único para sua evidenciação, embora prepondere o modelo da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis Atuariais e Financeiras (Fipecafi).

Oliveira e Ribeiro (2003) analisaram a evolução da evidenciação das informações de natureza ambiental da empresa Petrobrás em uma seqüência de três anos, concluindo que a

cada ano a empresa vem evidenciando mais informações, embora todas em notas explicativas, ou seja, não passando pela mensuração e reconhecimento de seus efeitos no seu patrimônio.

Segundo Dantas, Zendersky e Niyama (2004), diversos estudos têm evidenciado os benefícios, para as organizações, da elevação do nível de evidenciação contábil, enquanto vários outros demonstram a relutância das empresas em aumentar o nível de *disclosure*. Diante dessa realidade, os autores concluem que a elevação do nível de *disclosure* representa uma via de mão dupla, pois beneficia os usuários com as informações de que necessitam para o seu processo decisório, o que reflete na valorização da entidade, aumentando a confiabilidade da organização perante credores, investidores e demais agentes, contribuindo para o aumento da liquidez de suas ações e a redução do custo de capital.

Darós e Borba (2004) realizaram estudo sobre as formas de evidenciação de instrumentos financeiros derivativos nas demonstrações contábeis divulgadas no Brasil. Os autores constataram que a grande maioria das empresas não atende às determinações da CVM, nem evidencia de forma clara, concisa e objetiva as informações referentes às suas operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

Dutra e Busato (2004) procuraram aferir o grau de transparência das companhias abertas brasileiras no tocante aos programas de remuneração com uso de opções. Os resultados obtidos indicaram que as normas em vigor no Brasil encontravam-se muito aquém daquelas em vigor nos EUA. Demonstraram ainda que não há uniformidade de conteúdo nas divulgações realizadas pelas empresas, algumas delas disponibilizando volume de dados insuficiente para a avaliação do impacto dos programas de opções.

Silva, Rodrigues e Abreu (2004) promoveram pesquisa objetivando verificar se os Relatórios da Administração divulgados pelas empresas reúnem informações de interesse. Os resultados mostraram que os Relatórios da Administração trazem informações relevantes sobre as companhias analisadas. Segundo os autores, os relatórios otimistas apresentam maior volume de abordagens sobre reforma administrativa, enquanto os relatórios pessimistas centram sua atenção na conjuntura econômica.

Com o objetivo de verificar o nível de utilização dos conceitos de evidenciação do passivo pelas empresas brasileiras, segundo os padrões introduzidos pelo Intergovernamental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting (UN-ISAR), Santana, Luiz e Ricardinho Filho (2004) analisaram as demonstrações contábeis das dez primeiras empresas classificadas pelo Prêmio Transparência Anefac/Fipecafi/Serasa 2003. Os autores concluem que as empresas brasileiras ainda evidenciam o passivo de forma tradicional, ou seja, levando preponderantemente em consideração o passivo referente às obrigações legais.

Pereira (2004) estudou as causas da variação do volume de divulgação de informações por parte das empresas, procurando verificar sua relação com a participação de investidores não-controladores, em especial acionistas minoritários e credores, nas respectivas estruturas de capital. O autor encontrou elementos diretamente relacionados com a escolha da estrutura de capital, e que podem influenciar o nível de divulgação, como, por exemplo, a sujeição da emissão de títulos à regulamentação e à sua listagem nos mercados de capitais.

Carvalho et al. (2004) analisaram os reflexos da adoção dos conceitos e práticas de governança corporativa na evidenciação das informações contábeis por empresas do setor de papel e celulose. Concluíram que apesar de tais companhias estarem sujeitas a uma maior exigência do mercado no tocante à evidenciação transparente de suas informações contábeis e de governança, ainda não alcançaram o nível ideal de divulgação de acordo com os conceitos nacionais e internacionais.

Dalmácio e Paulo (2004) investigaram a forma de evidenciação de aspectos sócio-ambientais e econômico-financeiros nas demonstrações contábeis de empresas industriais, sociedades anônimas, do Espírito Santo, constatando que as empresas participantes da amostra utilizam o Relatório da Administração e as Notas Explicativas para tornar públicas essas informações.

Medeiros e Quinteiro (2005) avaliaram o efeito da evidenciação de informações contábeis relevantes na mobilidade de capitais internacionais em um grupo de 22 países, incluindo o Brasil, concluindo que a evidenciação dessas informações afeta positivamente, e que a influência da Contabilidade Fiscal sobre a Contabilidade Financeira afeta negativamente essa mobilidade, e ainda que esse efeito se sobrepõe ao primeiro na decisão de aplicação do investidor.

Borba, Alves e Rover (2005) investigaram as diferentes práticas de evidenciação ambiental nas demonstrações contábeis de companhias brasileiras submetidas à CVM e à SEC, concluindo que nos informes publicados segundo as normas da SEC o objetivo é mensurar e reconhecer o impacto de determinados fatos contábeis sobre o patrimônio da companhia, e que nas publicações junto à CVM tais evidenciações têm caráter publicitário.

Como se pode observar, essas pesquisas tratam não só das informações contábeis tradicionais, mas também de outras que têm sido consideradas importantes para o processo decisório dos *stakeholders*, tanto internos quanto externos.

## **2. Informações Complementares de Natureza Avançada e Não-obrigatória**

Com o objetivo de atender às necessidades dos usuários externos, a Lei n. 6.404/76 define um conjunto mínimo de informações que devem ser disponibilizadas pelas organizações de capital aberto. Nesse sentido, a Contabilidade Financeira é responsável por fornecer as demonstrações contábeis tradicionais – Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados ou Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos – e informações suplementares através do Relatório da Administração e das Notas Explicativas.

Ocorre que as informações divulgadas nos demonstrativos tradicionais parecem não atender às necessidades dos usuários. Daí a evidenciação de informações adicionais via Notas Explicativas ou Relatório da Administração. Preocupados em garantir o fornecimento de informações contábeis capazes de atender às exigências dos usuários externos, com frequência os órgãos reguladores da prática contábil têm expedido normas tratando da divulgação das demonstrações contábeis.

A Lei n. 6.404/76 determina a obrigatoriedade de incluir, no Relatório da Administração: a aquisição de debêntures de própria emissão da empresa (art. 55, § 2º); as disposições sobre a política de reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos constantes de acordo de acionistas (art. 118, § 5º); e a relação dos investimentos em sociedades coligadas e controladas e as modificações ocorridas durante o exercício (art. 243).

A CVM entende que o Relatório da Administração constitui elemento poderoso de comunicação da companhia junto aos acionistas e à comunidade em que está inserida, devendo ser redigido em linguagem simplificada, para ser acessível ao maior número de pessoas e empresas.

A CVM manifestou-se acerca do Relatório da Administração em seus Pareceres de Orientação ns. 15/87, 17/89 e 19/90. De acordo com esses pareceres, o relatório deverá conter as informações contempladas na Lei n. 6.404/76. Entretanto, a título de recomendação e

exemplo, a CVM apresenta a relação dos itens que constituem informações que atendem às linhas gerais retrocitadas, já apresentadas por muitas companhias no Brasil (sendo comuns em alguns outros países):

a) **descrição dos negócios, produtos e serviços:** histórico das vendas físicas dos últimos dois anos e vendas em moeda de poder aquisitivo da data do encerramento do exercício social. Algumas empresas apresentam descrição e análise por segmento ou linha de produto, quando relevantes para a sua compreensão e avaliação;

b) **comentários sobre a conjuntura econômica geral:** concorrência nos mercados, atos governamentais e outros fatores exógenos relevantes sobre o desempenho da companhia;

c) **recursos humanos:** número de empregados no término dos dois últimos exercícios e *turnover* nos dois últimos anos; segmentação da mão-de-obra segundo a localização geográfica; nível educacional ou produto; investimento em treinamento; fundos de seguridade e outros planos sociais;

d) **investimentos:** descrição dos principais investimentos realizados, objetivos, montantes e origens dos recursos alocados;

e) **pesquisa e desenvolvimento:** descrição sucinta dos projetos, recursos alocados, montantes aplicados e situação dos projetos;

f) **novos produtos e serviços:** descrição de novos produtos, serviços e expectativas a eles relacionadas;

g) **proteção ao meio-ambiente:** descrição e objetivos dos investimentos feitos e montante aplicado;

h) **reformulações administrativas:** descrição das mudanças administrativas, reorganizações societárias e programas de racionalização;

i) **investimentos em controladas e coligadas:** indicação dos investimentos feitos e de seus objetivos;

j) **direitos dos acionistas e dados de mercado:** políticas referentes à distribuição de direitos, desdobramentos e agrupamentos; valor patrimonial por ação, negociação e cotação das ações em bolsas de valores;

k) **perspectivas e planos para o exercício em curso e os vindouros:** expectativa da administração quanto ao exercício corrente, baseada em premissas e fundamentos explicitamente citados, sendo que essa informação não se confunde com projeções, por não ser quantificada;

l) **em se tratando de companhia de participações:** o relatório deve contemplar as informações acima mencionadas, ainda que de forma mais sintética, relativas às empresas investidas.

O Parecer de Orientação n. 24/92, da CVM trata dos avanços na qualidade da informação e divulgação das demonstrações contábeis, apoiando e estimulando iniciativas nesse sentido, apontando como exemplos de formas de enriquecimento da informação levada ao público:

a) apresentação de demonstrações complementares, como a DFC e a DVA;

b) apresentação de Notas Explicativas sobre: valor de mercado dos estoques, ouro e ações de alta liquidez; e resultados por linha de produtos ou negócios, em especial referentes às demonstrações consolidadas;

c) maior ênfase às demonstrações financeiras consolidadas, de maneira que as demonstrações individualizadas da companhia controladora sejam apresentadas em separado e em menor destaque, contendo as contas e seus respectivos valores exigidos em lei;

d) maior ênfase às demonstrações com correção integral, de maneira que aquelas elaboradas na forma societária, quando publicadas, sejam também apresentadas em separado, contendo as contas e valores legalmente exigidos.

Iniciativas voltadas para a adoção das normas internacionais são as grandes mudanças de natureza contábil na Lei n. 6.404, propostas pelo Projeto de Lei n. 3.741/2000. As alterações propostas no Projeto de Lei têm como arcabouço teórico básico as recomendações do International Accounting Standards Board (IASB), órgão que congrega as entidades profissionais de Contabilidade de quase todos os países, inclusive o Brasil. Dentre as mudanças propostas, destacam-se a substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos pela DFC e a obrigatoriedade de elaboração da DVA.

Em junho de 2002, a CVM editou uma cartilha de governança corporativa tipicamente brasileira. A Cartilha da CVM dá especial atenção aos aspectos relacionados à evidenciação contábil, como a adoção de padrões internacionais de contabilidade (IAS/USGAAP); elaboração e divulgação da DFC e da DVA.

Em dezembro de 2002, a Bovespa criou o Novo Mercado, o Nível 1 e o Nível 2 de governança corporativa, que, dentre outras práticas, prevêem: melhoria nas informações prestadas trimestralmente, entre as quais a exigência de demonstrações contábeis consolidadas e da DFC; disponibilização de balanço anual de acordo com as normas do US GAAP ou do IAS GAAP, para empresas do Nível 2 e do Novo Mercado.

Dada a importância e a necessidade de as práticas contábeis brasileiras convergir com as práticas contábeis internacionais, a CVM aprovou a Deliberação n. 488, de 03/10/2005,, orientando as companhias a divulgar um conjunto adicional de informações de natureza avançada e não-obrigatória. Devido ao período de investigação deste estudo, as orientações da Deliberação n. 488 não são contempladas na presente pesquisa, limitada ao exame das orientações contidas nos Pareceres de Orientação ns. 15/87, 17/89, 19/90 e 24/92.

Em janeiro de 2006, a Bovespa criou o BOVESPA MAIS, segmento do mercado de balcão organizado, em que podem ser listadas companhias abertas que possuam registro na CVM. A empresa interessada em participar desse segmento deve assumir o compromisso com regras de transparência como Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado e Comentários de Desempenho Consolidados e a DFC em Notas Explicativas.

### **3. Metodologia da Pesquisa**

O presente estudo constitui uma pesquisa exploratório-descritiva, compreendendo uma investigação bibliográfica, para levantamento das orientações legais e regulamentares específicas sobre divulgação de informações contábeis avançadas e não-obrigatórias aplicadas às sociedades anônimas brasileiras, ou seja, revisão da literatura disponível sobre o assunto, bem como uma pesquisa documental, para levantamento e análise das informações contidas nas demonstrações contábeis publicadas.

A pesquisa documental compreendeu: a) a delimitação do universo e seleção das empresas a ser pesquisadas; b) a coleta das demonstrações contábeis referentes aos exercícios sociais findos em 31/12/2002 e 31/12/2005 efetivamente publicadas; c) a análise da conformidade dos itens divulgados nas demonstrações contábeis coletadas, com as orientações legais e regulamentares específicas sobre divulgação de informações contábeis

avanzadas e não-obrigatórias aplicadas às sociedades anônimas brasileiras; e d) tabulação, consolidação e análise dos dados.

O parâmetro para análise das demonstrações contábeis pesquisadas compreende as informações consideradas de natureza avançada e não-obrigatória, conforme referencial teórico, e que podem constar do Relatório da Administração e das Notas Explicativas.

Sendo assim, na primeira etapa de desenvolvimento deste estudo teórico-empírico, procurou-se conhecer as orientações legais e regulamentares específicas sobre divulgação de informações contábeis aplicadas às sociedades anônimas brasileiras.

Em seguida, deu-se início à pesquisa documental, para levantamento e análise das informações registradas nas demonstrações contábeis publicadas pelas empresas brasileiras. Foram analisadas as demonstrações contábeis de 95 empresas referentes ao exercício encerrado em 31/12/2002, e de 119 referentes ao exercício encerrado em 31/12/2005. Quanto à composição e dimensionamento das amostras utilizadas, trata-se de amostras não-probabilísticas acidentais, de demonstrações contábeis de sociedades anônimas, publicadas na Gazeta Mercantil, no primeiro trimestre de 2003, e na Gazeta Mercantil e no Valor Econômico, em igual período de 2006.

A justificativa para a amostragem utilizada está relacionada à abrangência, linha editorial e credibilidade dos jornais em que foram publicadas as demonstrações contábeis pesquisadas, tratando-se de periódicos com penetração nacional, especializados em matérias relacionadas ao mundo dos negócios, detentores de grande credibilidade, com bastante utilidade em diversos segmentos. Portanto, com os dados colhidos e analisados, foi possível retratar a evidenciação contábil das sociedades anônimas segundo os parâmetros escolhidos, embora não se possa generalizar as constatações para esse universo de empresas.

Nessa fase da pesquisa, procedeu-se à leitura completa das demonstrações e foram elaboradas tabelas que identificavam as evidenciações praticadas pelas empresas integrantes da amostra nos anos 2002 e 2005. Os dados reunidos nas tabelas foram trabalhados no *software Statistical Package for Social Sciences (SPSS)*, versão 12.0, e em seguida submetidos a testes estatísticos. Assim, foi realizada análise qualitativa dos dados, por meio de discussão crítica, além de se recorrer à análise quantitativa. Partindo-se do confronto do referencial teórico com os dados colhidos, foi também possível elucidar o problema de pesquisa e erigir conclusões.

#### **4. Resultados da Pesquisa**

O referencial teórico que subsidiou a análise das demonstrações contábeis das companhias pesquisadas, no tocante a informações complementares, de natureza avançada e não-obrigatória, compreendeu:

a) os conteúdos abordados nos Pareceres de Orientação da CVM ns. 15/87, 17/89 e 19/90, à guisa de exemplo dos itens que constituem informações que atendem às exigências da Lei n. 6.404/76 sobre Relatório da Administração;

b) o conteúdo abordado no Parecer de Orientação da CVM n. 24/92, à guisa de exemplo dos itens que constituem informações contábeis avançadas;

c) o conteúdo da cartilha de governança corporativa e do Projeto de Lei n. 3.741, no que se referem à evidenciação de informações adicionais, como projetos sociais, EBITDA (lucro antes dos juros, tributos sobre o lucro, depreciação, amortização e exaustão) e Balanço Social, que se alinham às idéias de transparência sobre informações pertinentes ao desenvolvimento dos negócios;



d) demais orientações recentes da CVM e da Bovespa, sobre evidenciação da DFC, demonstrações consolidadas e em padrões internacionais.

Conforme mencionado no tópico Metodologia da Pesquisa, as amostras para os anos 2002 e 2005 foram construídas de forma aleatória, não havendo obrigatoriedade de qualquer empresa incluída na amostra de um exercício ser incluída também na do outro. Assim, vale ressaltar que 27 empresas integrantes da amostra de 2002 também fazem parte da de 2005.

#### 4.1 Análise dos Dados Considerando Todas as Empresas

A Tabela 1 apresenta os dados levantados para os anos 2002 e 2005, no tocante às orientações dos Pareceres ns. 15/87, 17/89 e 19/90 da CVM. Apesar de as instruções da CVM determinarem a evidenciação das informações no corpo do Relatório da Administração, considerou-se atendida a recomendação mesmo quando efetuada em Notas Explicativas, já que várias empresas adotam essa prática. Deve-se destacar que para fins de análise, considerou-se apenas se as empresas evidenciaram, dada a impossibilidade de avaliar se a não-evidenciação se deveu à não-ocorrência do evento em referência, ou à simples não-observância da recomendação da CVM.

Verifica-se, na Tabela 1, que para cada item recomendado pelos pareceres da CVM, de “A” até “K”, foi levantado o número de empresas que o evidenciou nos anos 2002 e 2005. Com o propósito de avaliar a significância das variações observadas, realizou-se para cada tópico um teste de hipótese de diferença de médias entre os dois anos. Baseado na estatística *t-student*, referido teste avalia se são significativas as diferenças entre as médias de respostas das empresas nos dois períodos.

Tabela 1: Comportamento do grupo de empresas pesquisado no tocante à divulgação, no Relatório da Administração e Notas Explicativas, dos itens recomendados nos Pareceres de Orientação da CVM.

	2002		2005		Significância Estatística
	nº	%	nº	%	
A) descrição dos negócios, produtos e serviços: histórico das vendas físicas dos últimos dois anos e vendas em moeda corrente da data do encerramento do exercício social	85	90,0	112	94,0	0,228
B) comentários sobre a conjuntura econômica geral: concorrência nos mercados, atos governamentais e outros fatores exógenos relevantes sobre o desempenho da companhia	54	57,0	58	49,0	0,240
C) recursos humanos: número de empregados no término dos dois últimos exercícios e <i>turnover</i> nos dois últimos anos; segmentação da mão-de-obra segundo a localização geográfica; nível educacional ou produto; investimento em treinamento; fundos de seguridade e outros planos sociais	55	58,0	45	38,0	0,003
D) investimentos: descrição dos principais investimentos realizados, objetivos, montantes e origens dos recursos alocados	62	65,0	73	61,0	0,557
E) pesquisa e desenvolvimento: descrição sucinta dos projetos, recursos alocados, montantes aplicados e situação dos projetos	23	24,0	28	24,0	0,908
F) novos produtos e serviços: descrição de novos produtos, serviços e expectativas a eles relacionadas	30	33,0	12	10,0	0,000
G) proteção ao meio-ambiente: descrição e objetivo dos investimentos efetuados e montante aplicado	30	32,0	36	30,0	0,836
H) reformulações administrativas: descrição das mudanças administrativas, reorganizações societárias e programas de racionalização	46	48,0	30	25,0	0,000
I) investimentos em controladas e coligadas: indicação dos investimentos efetuados e objetivos pretendidos com as inversões	57	60,0	81	68,0	0,225
J) direitos dos acionistas e dados de mercado: políticas relativas à distribuição de direitos, desdobramentos e grupamentos; valor patrimonial por ação, negociação e cotação das ações em bolsas de valores	69	73,0	89	75,0	0,723
K) perspectivas e planos para o exercício em curso e os futuros: poderá ser divulgada a expectativa da administração quanto ao exercício corrente, baseada em premissas e fundamentos explicitamente formulados, sendo que essa informação não se confunde com projeções, por não ser quantificada	33	35,0	26	22,0	0,039

Fonte: Elaboração dos autores.

Consiste, portanto, na avaliação das hipóteses:

H<sub>0</sub>: A média das respostas das empresas coincide nos anos 2002 e 2005;

H<sub>1</sub>: A média das respostas das empresas não coincide nos anos 2002 e 2005.

Aceitar a hipótese  $H_0$  significa considerar que a proporção das empresas que evidenciaram o particular item não se alterou substancialmente, mercê do estímulo dado pelos órgãos reguladores e pela sociedade como um todo no sentido de uma maior transparência por parte das empresas brasileiras. Por outro lado, a rejeição da hipótese nula indica a existência de diferença significativa nos resultados das empresas nos dois exercícios considerados. Vale ressaltar que referido teste foi precedido pelo de Levene, para verificar a igualdade das variâncias nas duas populações, tendo sido feitos os ajustes necessários no teste das médias.

A Tabela 1 informa os índices das empresas que evidenciaram as informações em 2002 e 2005, considerando o total de 95 no ano 2002 e de 119 em 2005. Também são apresentadas as significâncias estatísticas na forma de *p-values*, correspondentes à probabilidade de ocorrência do *Erro Tipo I* do teste de hipótese, representando a probabilidade de se rejeitar erroneamente a hipótese  $H_0$ . Para o presente estudo, foram considerados significativos apenas valores inferiores a 0,10. Deve ser observado que os resultados gerados pelo teste aqui empregado são os mesmos obtidos para o teste não-paramétrico  $\chi^2$  de independência estatística, no sentido de verificar se as frequências observadas diferem significativamente nos dois exercícios observados.

Como muitas empresas que prestaram informações em 2002 não o fizeram em 2005, e vice-versa, há o risco da ocorrência de distorções relativamente à variação verificada entre os dois exercícios. Entretanto, contando-se com a possibilidade da existência de aleatoriedade nos dois períodos e considerando-se que se trata de estudo exploratório sobre o assunto, é válido empreender a comparação entre as diferentes amostras nos dois anos.

A Tabela 2 resume as mudanças de prática ocorridas de 2002 para 2005. A análise dos dados revela que do conjunto de onze itens investigados, sete não apresentam alteração; ou seja, o número de empresas que estão evidenciando esses tópicos em 2005 é o mesmo registrado em 2002. Em quatro itens – C, F, H e K – verificou-se uma redução no número de empresas que vêm observando as orientações da CVM. Os tópicos referentes a novos produtos e serviços (F) e reformulações administrativas (H) podem ter apresentado esse comportamento em função da não-ocorrência de eventos relacionados aos itens, não necessariamente se registrando, portanto, a não-observância maior dos pareceres da CVM em 2005. O mesmo não pode ser afirmado com relação aos itens relacionados a recursos humanos (C) e perspectivas e planos para o exercício em curso e futuro (K), pois no tocante a esses as empresas sempre têm informações a evidenciar.

Tabela 2: Comportamento de todas as empresas em 2002 e 2005.

Ocorrência	Número de itens	Discriminação de itens
Itens que não apresentaram alteração de comportamento	7	A, B, D, E, G, I, J
Itens que apresentaram menor evidênciação em 2005	4	C, F, H, K
Itens que apresentaram maior evidênciação em 2005	0	

Fonte: Elaboração dos autores.

Com relação à divulgação das informações contábeis avançadas, a Tabela 3 apresenta os dados levantados para os anos 2002 e 2005, no tocante às orientações do Parecer n. 24/92, da CVM, da Cartilha de Governança Corporativa e do Projeto de Lei n. 3.741.

O tratamento dos dados evidenciados na Tabela 3 foi o mesmo para os da Tabela 1. Com relação às informações de natureza avançada, observa-se uma efetiva mudança de comportamento, quando comparados os anos 2002 e 2005 (Tabela 4).

Tabela 3: Comportamento do grupo de empresas pesquisado no tocante à divulgação dos itens recomendados para evidênciação, conforme Parecer de Orientação n. 24/92, da CVM, Cartilha de Governança Corporativa e Projeto de Lei n. 3.741.

Item	2002		2005		Significância Estatística
	nº	%	nº	%	
L) DFC	27	28,0	71	60,0	0,000

M) DVA	26	27,0	56	47,0	0,003
N) notas sobre valor de mercado dos estoques, ouro e ações de alta liquidez	29	31,0	13	11,0	0,001
O) notas sobre resultados por linha de produtos ou negócios, em especial referentes às demonstrações consolidadas	26	27,0	34	29,0	0,847
P) maior ênfase às demonstrações financeiras consolidadas, de maneira que as demonstrações individualizadas da companhia controladora sejam apresentadas num quadro separado, em menor destaque, contendo as contas e seus respectivos valores exigidos em lei	33	35,0	16	13,0	0,000
Q) maior ênfase às demonstrações com correção integral, de maneira que aquelas elaboradas na forma societária, quando publicadas, sejam também apresentadas em separado, contendo as contas e valores legalmente exigidos	3	3,0	0	0,0	0,083
R) projetos sociais	42	44,0	52	44,0	0,940
S) EBITDA	35	37,0	67	56,0	0,004
T) Balanço Social	16	17,0	34	29,0	0,040

Fonte: Elaboração dos autores.

Tabela 4: Comportamento das empresas de 2002 a 2005.

Ocorrência	Número de itens	Discriminação de itens
Itens que não apresentaram alteração de comportamento	3	O, Q, R
Itens que apresentaram menor evidênciação em 2005	2	N, P
Itens que apresentaram maior evidênciação em 2005	4	L, M, S, T

Fonte: Elaboração dos autores.

No ano 2002, as empresas dispensaram atenção especial à divulgação de seus projetos sociais, tendo sido esse o item que apresentou a maior frequência de evidênciação, atingindo 44%. Em 2005, esse item continuou a receber ênfase das empresas, repetindo-se a frequência de 44% registrada anteriormente. Outros itens, contudo, passaram a receber maior atenção das empresas. É o caso da DFC, da DVA e do EBITDA. Observa-se também uma mudança de comportamento com relação ao tópico Balanço Social, que em 2005 registrou frequência de 29%, quase dobrando o desempenho de 2002 (17%).

As frequências registradas para a DFC (28% em 2002 e 60% em 2005) e da DVA (27% em 2002 e 47% em 2005) comprovam o efetivo reconhecimento da relevância desses demonstrativos para a gestão e avaliação econômico-financeira das organizações.

Lamentavelmente, em 2005 nenhuma empresa deu ênfase às demonstrações com correção integral, reflexo da Lei n. 9.249, que eliminou a adoção de qualquer sistema de correção monetária de balanço, tanto para fins fiscais quanto para fins societários.

A Tabela 4 revela que para os itens N (notas sobre valor de mercado dos estoques, ouro e ações de alta liquidez) e P (maior ênfase às demonstrações financeiras consolidadas) verificou-se uma redução no número de empresas. Com relação a esses itens, a pesquisa não é conclusiva, pois o fato pode ser devido à não-ocorrência de eventos relacionados a esses itens.

#### 4.2 Análise dos Dados das Empresas que Apresentaram Demonstrações em 2002 e 2005

Do conjunto de empresas estudadas, 27 fazem parte tanto da amostra de 2002 como da de 2005. As demonstrações dessas companhias foram estudadas em separado, recebendo tratamento estatístico semelhante àquele adotado para o universo estudado. A Tabela 5 apresenta as informações levantadas no tocante aos anos 2002 e 2005 relativamente às 27 empresas, no tocante às orientações dos Pareceres ns. 15/87, 17/89 e 19/90 da CVM.

Tabela 5: Comportamento do grupo de 27 empresas pesquisado no tocante à divulgação dos itens recomendados para evidênciação, conforme Pareceres de Orientação da CVM.

Item	2002		2005		Significância Estatística
	n°	%	n°	%	
A) descrição dos negócios, produtos e serviços: histórico das vendas físicas dos últimos dois anos e vendas em moeda corrente da data do encerramento do exercício social	27	100,0	25	93,0	0,161
B) comentários sobre a conjuntura econômica geral: concorrência nos	20	74,0	20	74,0	1,000

mercados, atos governamentais e outros fatores exógenos relevantes sobre o desempenho da companhia					
C) recursos humanos: número de empregados no término dos dois últimos exercícios e <i>turnover</i> nos dois últimos anos; segmentação da mão-de-obra segundo a localização geográfica; nível educacional ou produto; investimento em treinamento; fundos de seguridade e outros planos sociais	22	82,0	15	56,0	0,041
D) investimentos: descrição dos principais investimentos realizados, objetivos, montantes e origens dos recursos alocados	21	78,0	19	70,0	0,543
E) pesquisa e desenvolvimento: descrição sucinta dos projetos, recursos alocados, montantes aplicados e situação dos projetos	9	33,0	10	37,0	0,781
F) novos produtos e serviços: descrição de novos produtos, serviços e expectativas a eles relacionadas	11	41,0	4	15,0	0,034
G) proteção ao meio-ambiente: descrição e objetivo dos investimentos efetuados e montante aplicado	11	41,0	11	41,0	1,000
H) reformulações administrativas: descrição das mudanças administrativas, reorganizações societárias e programas de racionalização	18	67,0	10	37,0	0,029
I) investimentos em controladas e coligadas: indicação dos investimentos efetuados e objetivos pretendidos com as inversões	20	74,0	24	89,0	0,167
J) direitos dos acionistas e dados de mercado: políticas relativas à distribuição de direitos, desdobramentos e grupamentos; valor patrimonial por ação, negociação e cotação das ações em bolsas de valores	24	89,0	23	85,0	0,692
K) perspectivas e planos para o exercício em curso e os futuros: poderá ser divulgada a expectativa da administração quanto ao exercício corrente, baseada em premissas e fundamentos explicitamente formulados, sendo que essa informação não se confunde com projeções, por não ser quantificada	13	48,0	11	41,0	0,592

Fonte: Elaboração dos autores.

A Tabela 6 possibilita uma avaliação da mudança de prática ocorrida entre 2002 e 2005 nas 27 empresas. Observa-se que o grupo agora analisado apresenta comportamento similar ao do conjunto anteriormente investigado, havendo comportamento diferenciado apenas para o tópico “K” (perspectivas e planos para o exercício em curso e os futuros), que nesse caso não apresentou redução do número de empresas.

Tabela 6: Comportamento das 27 empresas nos anos 2002 e 2005.

Ocorrência	Número de itens	Discriminação de itens
Itens que não apresentaram alteração de comportamento	8	A, B, D, E, G, I, J, K
Itens que apresentaram menor evidência em 2005	3	C, F, H
Itens que apresentaram maior evidência em 2005	0	

Fonte: Elaboração dos autores.

As Tabelas 7 e 8 apresentam os resultados da análise dos dados das 27 empresas no tocante aos tópicos relacionados com a divulgação de informações contábeis avançadas. Os resultados são diferentes dos apresentados nas Tabelas 3 e 4 para os tópicos L, M, S, T. Para esse número menor de companhias não se observa em 2005 uma maior evidência da DFC, da DVA, do EBITDA e do Balanço Social. Essa diferença deve-se ao fato de esse grupo já apresentar em 2002 uma elevada evidência de tais itens. Na verdade, em 2002, essas empresas já adotavam uma prática de evidência diferente em relação ao grupo das 95 companhias estudadas.

Tabela 7: Comportamento do grupo de 27 empresas pesquisado no tocante à divulgação dos itens recomendados para evidência, conforme Parecer de Orientação n. 24/92 da CVM, Cartilha de Governança Corporativa e Projeto de Lei n. 3.741.

Item	2002		2005		Significância Estatística
	nº	%	nº	%	
L) DFC	11	41,0	17	63,0	0,106
M) DVA	9	33,0	14	52,0	0,175
N) notas sobre valor de mercado dos estoques, ouro e ações de alta liquidez	11	41,0	3	11,0	0,013
O) notas sobre resultados por linha de produtos ou negócios, em especial referentes às demonstrações Consolidadas	13	48,0	9	33,0	0,277
P) maior ênfase às demonstrações financeiras consolidadas, de maneira que as demonstrações individualizadas da companhia controladora sejam apresentadas num quadro separado, em menor destaque, contendo as contas e seus respectivos valores exigidos em lei	11	41,0	4	15,0	0,034
Q) maior ênfase às demonstrações com correção integral, de maneira que aquelas elaboradas na forma societária, quando publicadas, sejam também	1	4,0	0	0,0	0,322

apresentadas em separado, contendo as contas e valores legalmente exigidos					
R) projetos sociais	18	67,0	17	63,0	0,781
S) EBITDA	15	56,0	18	67,0	0,412
T) Balanço Social	6	22,0	7	26,0	0,756

Fonte: Elaboração dos autores.

Tabela 8: Comportamento das 27 empresas nos anos 2002 e 2005.

Ocorrência	Número de itens	Discriminação de itens
Itens que não apresentaram alteração de comportamento	7	L, M, O, Q, R, S, T
Itens que apresentaram menor evidênciação em 2005	2	N, P
Itens que apresentaram maior evidênciação em 2005	0	

Fonte: Elaboração dos autores.

## Considerações Finais

No que diz respeito aos itens recomendados pelos pareceres ns. 15/87, 17/89 e 19/90 da CVM, a pesquisa revela que apesar da pressão da sociedade por maior transparência nos negócios, não se verifica uma melhoria nas práticas de *disclosure* das companhias brasileiras, quando comparados os anos 2002 e 2005.

Os itens mais evidenciados pelas empresas em 2005 dizem respeito à descrição dos negócios, produtos e serviços, à conjuntura econômica, a investimentos realizados e direitos dos acionistas. Com relação a este último item, causa estranheza que apenas 73% das empresas, em 2002, e 75%, em 2005, o tenham apresentado no corpo das demonstrações contábeis, quando a política de reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos com base em acordo de acionistas constitui exigência expressa na Lei n. 6.404/76, art. 118, § 5º.

Também causa espécie que a evidênciação de informações sobre recursos humanos e perspectivas e planos para o exercício em curso e os futuros tenha sido objeto de menor evidênciação no ano 2005, porquanto trata-se de informações que toda empresa deveria ter interesse em divulgar para o público em geral.

Com relação às informações contábeis de natureza avançada e não-obrigatória propugnadas pelas práticas de governança corporativa sugeridas pelo IBGC, pela Bovespa e pela CVM, verifica-se um avanço na prática de *disclosure* pelas empresas brasileiras. As empresas estão dispensando atenção especial à divulgação de seus projetos sociais, da DFC, da DVA, do EBITDA e do Balanço Social. Isso comprova que as companhias já reconhecem como diferencial competitivo a inclusão de informações não exigidas pela legislação em suas demonstrações contábeis.

Além de as 27 empresas que divulgaram as demonstrações em 2002 e 2005 nos meios de comunicação utilizados na pesquisa serem todas sociedades abertas, observou-se que doze delas pertencem a um dos três níveis de governança corporativa da Bovespa (Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado), o que auxilia na compreensão do elevado nível de evidênciação das informações avançadas e não-obrigatórias sugeridas pela Bovespa, CVM e IBGC.

A presente pesquisa reforça em parte os resultados da pesquisa de Soares (2001), que, investigando a qualidade das demonstrações contábeis das empresas brasileiras, assinala uma mudança de comportamento das empresas de capital aberto, que passaram a dar nova roupagem a seus balanços depois de negociar ações no mercado norte-americano. Segundo o autor, as empresas sofisticaram os seus balanços apresentando informações apreciadas pelas boas práticas de relacionamento com o mercado.

Os resultados do estudo levam a concluir que as empresas brasileiras ainda têm muito a evoluir no sentido da transparência e qualidade da divulgação das demonstrações contábeis. Contudo, indicam também que o apelo da sociedade no sentido da adoção de boas práticas de governança corporativa parece estar influenciando o comportamento das organizações, que já incluem no corpo das suas demonstrações contábeis publicadas maior volume de informações contábeis de natureza avançada e não-obrigatória.

### Referências Bibliográficas

- ALVES, José Flávio Vasconcelos; OLIVEIRA, Marcelle Colares. A evolução da evidenciação da demonstração do valor adicionado no Brasil e a geração e distribuição de riqueza por empresas brasileiras. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 3., 2003. São Paulo. *Anais ...* São Paulo: FEA/USP. CD-ROM.
- BORBA, José Alonso; ALVES, Jorge Luís; ROVER, Suliani. Análise do conteúdo ambiental das demonstrações contábeis publicadas no Brasil e nos Estados Unidos: um estudo nas companhias com ADR nível III. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 5., 2005. São Paulo. *Anais...* São Paulo: FEA/USP. CD-ROM.
- CARDOSO, Ricardo Lopes et al. A evolução recente da transparência dos fatores de risco nas informações contábeis: uma análise de empresas brasileiras de telecomunicações. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, ENANPAD, 2003. Atibaia, *Anais...* Atibaia, CD-ROM, CCG 811.
- CARVALHO, F. Abreu. Os efeitos da adoção dos conceitos e das práticas de governança corporativa na transparência das informações evidenciadas por empresas brasileiras do setor de papel e celulose. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 4., 2004. São Paulo. *Anais ...* São Paulo: FEA/USP. CD-ROM.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Princípios fundamentais de contabilidade e normas brasileiras de contabilidade. 2. ed. Brasília: CFC, 2000.
- DALMÁCIO, F. Z.; PAULO, F. F. M. de. A evidenciação contábil: publicação de aspectos sócio-ambientais e econômico-financeiros nas demonstrações contábeis. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 4., 2004. São Paulo. *Anais ...* São Paulo: FEA/USP. CD-ROM.
- DANTAS, José Alves; ZENDERSKY, Humberto Carlos; NIYAMA, Jorge Katsumi. A dualidade entre os benefícios do disclosure e a relutância das organizações em aumentar o grau de evidenciação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, ENANPAD. 2004. Curitiba, *Anais...* Curitiba, CD-ROM, CCG 277.
- DARÓS, Leandro Luís; BORBA, José Alonso. Evidenciação de instrumentos financeiros derivativos nas demonstrações contábeis: uma análise das empresas brasileiras. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, ENANPAD. 2004. Curitiba, *Anais...* Curitiba, CD-ROM, CCG 1922.
- DAVID, Afonso Rodrigo de; OTT, Ernani. Balanço social: uma análise das informações evidenciadas pelas empresas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, ENANPAD, 2003. Atibaia, *Anais...* Atibaia, CD-ROM, CCG 929.
- DUTRA, Marcos Galileu Lorena; BUSATO, Eduardo José. O disclosure dos programas de stock options: uma análise da regulamentação em vigor e da transparência das companhias abertas brasileiras. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, ENANPAD, 2004. Curitiba, *Anais...* Curitiba, CD-ROM, CCG 2006.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Teoria da contabilidade*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1997.
- \_\_\_\_\_, MARION, José C.. *Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação*. São Paulo: Atlas, 1999.

\_\_\_\_\_, MARTINS, E.; GELBCKE, E. R. *Manual de contabilidade das sociedades por ações*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MEDEIROS, Otávio Ribeiro de; QUINTEIRO, Luís Gustavo do Lago. Ambiente de evidenciação contábil e mobilidade de capitais internacionais. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 5., 2005. São Paulo. *Anais ...* São Paulo: FEA/USP. CD-ROM.

NIYAMA, Jorge Katsumi; GOMES, Amaro L. Oliveira. Contribuição ao aperfeiçoamento dos procedimentos de evidenciação contábil aplicáveis às demonstrações financeiras de bancos e instituições assemelhadas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 1996. Brasília. *Anais ...* Brasília. CD-ROM.

NOSSA, Valcemiro; CARVALHO, Luiz Néelson Guedes de. Uma análise do conteúdo do disclosure ambiental de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, ENANPAD, 2003. Atibaia, *Anais...* Atibaia, CD-ROM, CCG 1235.

OLIVEIRA, Marcelle Colares; RIBEIRO, Maísa de Sousa. Análise da evolução de informações econômico-financeiras de natureza ambiental: o estudo do caso Petrobrás. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 10., 2003. Guarapari-ES. *Anais...* Guarapari, CD-ROM.

OLIVEIRA, Marcelle Colares; PONTE, Vera Maria Rodrigues; RIBEIRO, Maísa de Sousa. Efeitos da globalização econômica e da harmonização internacional da contabilidade na evidenciação de informações sócio-econômicas nas demonstrações contábeis. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 3., 2003. São Paulo. *Anais ...* São Paulo: FEA/USP. CD-ROM.

OLIVEIRA, Marcelle Colares; GOMES, Carlos Adriano Santos Gomes; COSTA, Denílson Monteiro. Uma análise do conteúdo e da forma das instituições de natureza sócio-econômica e ambiental divulgadas através das demonstrações contábeis: o caso das empresas baianas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, ENANPAD, 2004. Curitiba, *Anais...* Curitiba, CD-ROM, CCG 409.

PEREIRA, Marco Antônio. Estudo do nível de divulgação e sua relação com a estrutura de capital em empresas brasileiras. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, ENANPAD, 2004. Curitiba, *Anais...* Curitiba, CD-ROM.

SANTANA, Luciene; LUIZ, Ivone Gonçalves; RICARDINO FILHO, Álvaro Augusto. Um estudo do disclosure do passivo à luz dos padrões internacionais de contabilidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, ENANPAD, 2004. Curitiba, *Anais...* Curitiba, CD-ROM, CCG 2528.

SILVA, César Augusto Tibúrcio; RODRIGUES, Fernanda Fernandes; ABREU, Róbson Lopes. Análise dos relatórios de administração das companhias abertas brasileiras: um estudo do exercício social de 2002. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, ENANPAD, 2004. Curitiba, *Anais...* Curitiba, CD-ROM, CCG 2500.